

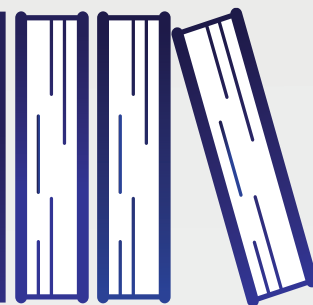
Fotografia: Arquivo pessoal.

A portrait of a man with dark hair, a beard, and blue-rimmed glasses. He is wearing a dark grey or black blazer over a white t-shirt. He is seated, with his hands clasped in front of him. The background features several flags: a red flag on the left, a Brazilian flag (green, yellow, and blue) in the center, and a white flag with a red and blue emblem on the right. A dark blue banner with the word "Entrevista" in white text is positioned at the bottom of the image.

Entrevista

Entrevista com o Reitor da UEPA, Professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas: a interseção entre conhecimento científico e Segurança Pública

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros¹
Raimundo Nonato de Araújo Miranda Júnior²
Elcimar Maria de Oliveira Lima³



¹ Coronel da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pela Faculdade Ideal (2009); Especialista em Gestão e Segurança Ambiental (IESP).

arielsampaio@hotmail.com

ORCID: 0009-0006-7137-5776

² Tenente-Coronel da Polícia Militar do Pará; Estado-Maior Geral, Pesquisa Científica; Mestrando em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGTEC/UEPA); Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP/UEPA); Bacharel em Administração Pública (UFPA).

mirandapmpa1998@gmail.com

ORCID: 000-0001-7285-6906

³ Capitã da Reserva Remunerada; Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA/2018); Mestre em Ciências Sociais (UFPA); Especialista em Sociedade e Gestão de Segurança Pública e Língua Portuguesa (UFPA); Licenciada Plena em Letras (UFPA).

limaelci@gmail.com

ORCID: 0009-0007-8833-5049

Nesta 5ª edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará, o Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas aborda como a aproximação da comunidade acadêmica com a Corporação no campo da pesquisa vem ocorrendo de forma positiva, fortalecendo a produção de conhecimento em áreas estratégicas para a segurança pública em favor da sociedade. O entrevistado é reitor da Universidade Estadual do Pará (UEPA), na gestão de 2021-2025; professor do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia; professor colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (IESP); Professor Colaborador na Universidade de Cabo Verde (UniCV) no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Além disso, é sócio da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa e membro do Instituto Histórico Geográfico do Pará e trabalha como líder do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime. Tem experiência em segurança pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão do território, criminalidade, homicídio e cartografia.

Quando e como ocorreu sua aproximação acadêmica nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará?

Costumo dizer que minha entrada na segurança pública como professor se deu ocasionalmente, por meio do convite de uma coordenadora da UEPA à época, em razão da falta de um professor que iria ministrar uma disciplina chamada Geopolítica na Amazônia. Lembro que aceitei a oportunidade, mas não sabia muito bem sobre a proposta do curso e sua dimensão, apenas sabia que os alunos eram policiais militares. Eles eram alunos do Curso Superior de Polícia (CSP), voltado para gestores dos órgãos de segurança pública. A partir disso, somam-se dezoito anos de contribuição acadêmica nas discussões técnicas intermediando o conhecimento no âmbito da Polícia Militar.

Uma de suas iniciativas voltadas para a Polícia Militar foi o curso de cartografia da UFPA. Em seu ponto de vista, qual contribuição a cartografia trouxe para o planejamento operacional da Instituição?

Quando iniciei as instruções nos cursos da Instituição precisávamos, para além do conhecimento, apresentar uma metodologia que pudesse chamar a atenção dos alunos

policiais para as discussões. Portanto, uma das formas de aplicação do ensino encontrada foi a cartografia, não aquela que se define apenas em construção de mapas, mas partindo da compreensão do espaço geográfico, a partir de uma representação cartográfica, pois quando observamos um mapa, ele diz muito mais que simplesmente pontos, linhas e cores.

Ao construirmos a cartografia com o conhecimento cotidiano que adquirimos, apesar de utilizarmos a técnica, ela se configura principalmente por uma perspectiva conceitual. Então, imagine você, que precisamos realizar algum tipo de operação e nos questionamos em como distribuir o quantitativo do efetivo em viaturas, dentro de uma cidade ou um bairro. A cartografia permite enxergar isso. E quando você a observa, percebe que ela tem camadas, sendo que para cada uma das camadas podemos ter informações como infraestrutura, condições socioeconômicas ou de crimes. A paisagem é cheia de camadas e por meio desse conhecimento podemos cartografá-las.

“Durante uma ação de planejamento se faz necessário observar o cenário que antecede a operação, dentro da dinâmica espacial. Muito me alegro em saber que esse conhecimento está ficando cada vez mais comum dentro dos órgãos de segurança pública, especialmente, na Polícia Militar.”



Considerando que as ações criminosas migram a todo o momento, qual a contribuição da cartografia para a redução dos crimes de roubo a ônibus em Belém?

A cartografia permite uma representação da realidade. Quanto mais se domina essa técnica, melhor representamos os cenários do cotidiano. A exemplo disso, tínhamos uma grande incidência de roubo a ônibus em 2016, na cidade de Belém, chegando a oitocentos casos durante o ano, que é um número muito elevado.

A primeira situação para compreendermos o fato partiu do mapeamento dos locais com as maiores incidências e questionávamos como deveríamos marcar as ocorrências. Para isso, segmentamos o objeto a ser trabalhado, apontando o que seria mais importante na ocorrência de roubo a ônibus. Destacamos os pontos cruciais a serem analisados: a entrada do cidadão infrator no coletivo, o anúncio do assalto ou quando o criminoso fuge do ônibus.

Durante discussões com vários policiais chegamos à conclusão de que o ponto mais importante seria a rota de fuga. Com isso, incorporamos outra dimensão nessa análise, a dimensão do território, pois a garantia de fuga está ligada ao controle das variáveis. O indivíduo só quer assaltar o ônibus e voltar no dia seguinte para fazer novamente. Então, se descer em algum lugar que ele não tenha controle da rota, conseqüentemente, será capturado. Portanto, isso era uma tendência.

Começamos a observar que essa era uma dinâmica territorial. O criminoso só desce ali porque conhece espacialmente a área e as pessoas o conhecem. É por isso que quando o policial chegava ao local perguntando se alguém tinha visto os assaltantes, a população respondia: “Não, ninguém sabe”. Como podemos controlar isso pela dinâmica cartográfica? Começamos a mapear os roubos a ônibus pelas rotas de fuga.

Foi então que percebemos que a dimensão territorial e o controle dos assaltantes se resumiam a uma ou duas quadras, uma área relativamente pequena. Além disso, eles corriam o risco de serem capturados pela população e sofrerem um linchamento ou ficarem contidos até a chegada da Polícia.

Nossa estratégia foi cartografar a área, baseados nas informações sobre as rotas de fuga passadas pela Polícia. Criamos uma zona e inserimos viaturas de prontidão para impedir a ação dos grupos de assaltantes, pois ao visualizarem a polícia, não cometiam o crime naquela área pelo risco de serem presos. Caso eles resolvessem descer em outro local, a população não os conhecia e o temor esperado pelo criminoso por parte dos moradores com relação aos seus atos era inexistente, isso possibilitava a denúncia da situação.

A partir disso, percebemos que essa metodologia funcionava, mas só foi possível porque antes fizemos uma cartografia que mapeou todas essas zonas. Como sempre, trabalhamos no decorrer do tempo e assim conseguimos mapear tudo hoje em dia. O mais importante, além do mapeamento, são as variáveis. Elas devem ser seguras. Quando temos variáveis de homicídios seguras, conseguimos fazer uma boa cartografia desse crime ou de qualquer outro tipo. Esse é o grande diferencial.

“Quando eu chegava para os cursos de cartografia da UFPA, dizia que seria bom ter a vontade de estar no local e ter o mínimo de domínio do assunto, saber como fazer análise, mais que isso, o bom cartográfico tem que saber pedir o que quer. Para elaborar o produto cartográfico é necessário definir o objetivo, dominar os conceitos utilizados e compartilhar as tarefas com alguém, otimizando o tempo de filtrar variáveis, permitindo que a análise seja feita de forma mais cuidadosa com uma cartografia fiel ao que pretendemos.”

Em 2014, o senhor escreveu um artigo sobre a geografia, a segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém, no qual foi proposta a ampliação da parceria entre as instituições de segurança pública e as Universidades, no sentido de construir a cartografia e trabalhar na análise da criminalidade. De lá para cá, muitos profissionais cursaram o mestrado profissional de segurança pública e outros cursos de pós-graduação. O senhor acredita que o domínio do conhecimento dessas ferramentas tem contribuído para o desempenho operacional da Polícia Militar e para a redução da criminalidade no Estado do Pará?

Não tenha dúvida. Talvez não percebamos tão claramente nesse momento, mas ao fazermos o retrospecto dos últimos anos, vemos o quanto foi importante os policiais participarem das qualificações. Independente de curso, a universidade trabalha com a ciência. Ela nos faz pensar cientificamente, não importa o curso que estamos estudando, pois começamos interpretar o mundo pela perspectiva da ciência. O mundo da segurança pública que está mesclado com a questão da violência urbana precisa ser interpretado na perspectiva da ciência. Como podemos fazer isso? Por meio de conceitos, técnicas e teorias. Ao começarmos fazer a interpretação, temos um novo olhar sobre a situação. Com certeza, isso é perceptível dentro da segurança pública.

Eu observo muito isso, por estar olhando de fora. No caso de vocês, talvez não seja tão perceptível, mas cada vez mais percebemos as diferenças. A exemplo disso, temos o uso do conceito de território que não está dentro do senso comum de espaço ou limite. O território que se utiliza na segurança pública é o território dos agentes, das relações de poder. Quando eu vou a alguma palestra e vejo um aluno nosso, policial militar do mestrado ou doutorado, observo a discussão dele sobre território como relação de poder, às vezes até nas entrevistas costumam falar do assunto. Nisso e em outros conceitos a universidade pode ajudar. Eu estou falando sobre território por ser meu conceito chave para a discussão na segurança pública. Com certeza, esse é um longo caminho para tornamos a Polícia Militar voltada para o conhecimento científico e preocupada com a qualificação dos servidores.

Atualmente, todos os gestores entendem que é necessário ter equipamentos, armamentos e viaturas, mas a importância da ciência na polícia é primordial. Ela tem sido priorizada cada vez mais, renovando assim, os ciclos de atuação e serviço à sociedade. Fico feliz em ver os documentos de planejamento da PM. Ao ver, a primeira coisa que faço é procurar as referências de território e a cartografia, não aquela ilustrativa de figuras e imagens, mas a que representa algo baseado em ciência.

Acima de tudo, o mais importante é o indivíduo, que possui a capacidade de pensar diferente, fugindo do cotidiano. Todos nós tivemos uma formação em dado momento, mas precisamos ver o mundo pela ótica da ciência, pela base da pesquisa. Suponhamos que existe um problema para ser resolvido, no caso a violência, cujo objetivo é reduzi-la. Devemos planejar a metodologia, o cronograma, o referencial e a base teórica. Fazemos isso diariamente, mas poucas pessoas percebem que executam tarefas de forma mecânica, pois quando nos deparamos com algo processamos rapidamente, ficando cada vez mais comum, gerando certa normalidade.

Foi isso que eu tentei fazer no decorrer dos 18 anos de docência e pesquisa voltadas para a segurança pública: pegar os dois conceitos e mostrar como eles funcionavam na realidade. O artigo que escrevi, por exemplo, foi esse exercício. Trabalhei vários conceitos, especialmente o território, e fui aplicando.

“Tenho certeza de que parte dos resultados que temos na segurança pública faz do nosso estado uma referência nacional em termos de redução de crimes. Parte disso tem a ver com a formação dos policiais. Reforço a importância de se apropriar da ciência, mas de uma ciência aplicada, não da ciência pura. Creio que no futuro é provável trabalharmos com ela.”



Como ocorreu a aproximação acadêmica entre a UEPA e a Polícia Militar e qual a importância dessa parceria?

Sempre existiu algum tipo de curso desde meados da década de 90 aos anos 2000, nos quais professores da UFPA e da UEPA transitavam dentro da Polícia como convidados para trazerem alguma palestra de forma relevante. A UEPA começou a institucionalizar essas parcerias quando se iniciou o Curso de Formação de Oficiais (CFO), pois quando não tínhamos o IESP, a UEPA certificava o curso de formação. Hoje não mais. Porém, isso gerou uma relação de aproximação.

Com o decorrer do tempo, esses professores que mantiveram o contato durante os cursos, começaram a criar certo vínculo, apesar de saber que na década de 90 ainda tínhamos um resquício do histórico entre o universo acadêmico e os militares, de um período de ditadura militar que não vivemos, mas existia certa animosidade. Portanto, essa quebra de paradigma aconteceu naturalmente. Fomos rompendo essas barreiras com outra mentalidade, considerando a mudança no quadro de pessoal tanto das universidades, quanto da Polícia Militar. Aquelas pessoas com pensamentos de distanciamento foram sendo substituídas por uma nova geração.

Paralelo a isso, os cursos criados pela Polícia Militar apresentavam planos de tornar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP) em especialização, já que muitos policiais passaram pela formação de nível superior na Academia de Oficiais. No entanto, tornar esses cursos em especialização exigia certos critérios que, naquele contexto, a Polícia Militar não possuía. A partir daí, as universidades fecharam parcerias em apoio à Corporação para a certificação desses cursos.

Torço para que no futuro possamos dar outros passos e, quem sabe, daqui a algum tempo, logicamente respeitando algumas questões dentro da própria dinâmica da

Polícia Militar, que o CAO se torne um mestrado, ou talvez o CSP, que é um pouco mais complexo, pois temos normas menos rigorosas do que um doutorado. Tudo isso é possível; é bem possível que aconteça com o tempo, pois grande parte do efetivo da Polícia Militar do estado já possui mestrado e alguns, doutorado.

Quando participo de palestras ou vou a outras instituições, sempre falo: “Não tenho problema algum, tenho uma excelente relação com a segurança pública do Estado do Pará. Meus dados são confiáveis porque tenho uma boa relação com as instituições. Por exemplo, meu aluno de doutorado, o policial fulano de tal”. Isso deixa as pessoas surpresas: “Mas como assim? Um policial faz mestrado e doutorado?” Sim, temos condições para isso. E isso virou uma normalidade. É preciso ajustar algumas coisas, como garantir mais tempo para estudos, mas de modo geral, os policiais estão realizando esses cursos e produzindo excelentes trabalhos. Porque, se temos a teoria, vocês têm o cotidiano, que é tão importante quanto a teoria.

“Ao longo desses 15 anos de mestrado em segurança pública, de mestrado em geografia e outros programas, foram produzidos trabalhos excelentes. Parte desses trabalhos foi feito por policiais militares que retornam para ajudar a melhorar os indicadores do estado.”



Professor, o senhor mencionou uma ferramenta específica, a cartografia, que ao longo desses 18 anos de parceria entre a Polícia Militar e a UEPA foi fundamental. Quais outras ferramentas foram importantes para essa aproximação e para obter excelentes resultados na segurança pública?

Do ponto de vista acadêmico, a estatística é outra ferramenta muito importante — um pouco mais complexa, mas tão essencial quanto a cartografia. Além disso, temos as análises sociológicas, antropológicas e geográficas, que são fundamentais para compreendermos a realidade.

Hoje, cada vez mais, a Universidade do Estado do Pará, por exemplo, com seus mestrados na área ambiental, está realizando discussões importantes sobre questões ambientais, um campo que nos últimos anos tem atraído policiais para programas de pós-graduação voltados para esse tema. Existem muitas ferramentas.

O que me surpreende é que o maior legado da universidade pode ser fazer com que a sociedade seja pensada, de fato, sob a ótica da ciência, sem que isso faça o policial deixar de ser policial. Nós queremos um policial que observe o que está ao seu redor de maneira científica e isso vem acontecendo. Temos diversas experiências e exemplos na Polícia Militar, como o núcleo de pesquisa, que realmente reforça essa ideia. Os trabalhos realizados não são apenas na formação específica de praças e oficiais, mas também na produção científica em parceria com as instituições. Então, eu diria que nosso maior legado é pensar a sociedade de forma científica e isso está acontecendo.

Meu sonho é que possamos ter um mestrado da Polícia Militar, seja no IESP ou fora dele, dependendo da legislação. “Quem vai dar aula?” Serão os próprios policiais militares que têm formação específica para isso. Até podemos ajudar, mas chegará um momento em que o professor Clay não será mais necessário, até porque um dia vou embora, não vou ficar a vida toda. Então, é bom que os ciclos se renovem e, quem sabe, daqui a algum tempo teremos a nossa especialização e os policiais militares é que darão aula.

“Já temos vários policiais militares que ministram aulas no Programa [Pós-Graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia], mas a tendência é melhorar cada vez mais. E volto a dizer: “Que não seja uma surpresa, mas sim uma normalidade”. Porque há um estímulo da própria Polícia Militar para que o policial se forme, seja em graduação, pós-graduação ou em cursos de formação continuada, como cartografia e outros. Precisamos intensificar isso e tornar essa realidade algo normal, porque, no Estado do Pará, já é assim.”

Como a parceria firmada entre a UEPA e a PMPA para capacitar policiais em língua estrangeira contribui para uma melhor prestação de serviços durante a COP 30 que será realizada em Belém em 2025?

Essa parceria é uma ação fantástica da Polícia Militar. A Corporação percebe que para termos uma cidade e um país cada vez mais receptivos é fundamental atrair brasileiros e estrangeiros para conhecer mais sobre o Pará e nossa capital. Uma das maneiras de impulsionar o crescimento econômico e social do estado é através do turismo que atrai divisas e gera riqueza. Cada turista que passa por aqui deixa dólares na cidade — em hotéis, bares, restaurantes e áreas de turismo — distribuindo riqueza pelo local.

E conhecer o idioma inglês é uma forma de quebrar a barreira de comunicação que temos entre o agente do estado e o visitante, pois ele é o primeiro que recebe o turista e, logicamente fazendo essa recepção, conversando no idioma de origem dele, com certeza esse turista vai se sentir mais atraído e voltar em outro momen-

to porque nós temos belezas naturais e Belém é uma cidade fantástica. Temos a cidade de um lado e do outro lado um rio e também vemos a floresta, basta olhar. Isso gera um atrativo, considerando que passa pelo domínio de uma língua. Ora, sabemos que a língua inglesa se tornou universal. Então, a partir do momento que os servidores conversarem em inglês com os visitantes, além de fluir a comunicação, vai gerar um grande estímulo ao policial, sendo cada vez mais valorizado pela Instituição que investe nele.

Uma coisa que sempre faço quando viajo é buscar a ajuda de policiais, independentemente do lugar do mundo em que estou, porque me sinto mais seguro ao ver a presença deles representando o estado. Essa interação reforça a importância da segurança e da recepção das pessoas, promovendo um ambiente mais acolhedor e seguro para todos. Eu tenho certeza de que aqui vai acontecer a mesma coisa.

As pessoas pensam que a Conferência das Nações Unidas (COP 30) que vai ocorrer no estado será um evento apenas de duas semanas. Não é isso. A COP 30 é muito maior do que isso. Na realidade, é para construir e para pensar uma infraestrutura de uma cidade moderna. Não estou falando apenas de aviação e fluxo aéreo para a região, mas também sobre as pessoas precisarem conhecer o que é a Amazônia.

As pessoas falam de Amazônia sem conhecer o que é a Amazônia, sem incluir os habitantes. Pensam na Amazônia em uma perspectiva de floresta e puramente floresta, não pensam na Amazônia enquanto cidade. Basta fazermos um exercício, simples, fecharmos nossos olhos durante três segundos e dissermos a alguém: “Construa uma paisagem da Amazônia na sua cabeça”. Tenho absoluta certeza de que todos iríamos pensar em uma floresta ou em um rio. Essa é a imagem que surge em nossa cabeça, mesmo sendo morador daqui, mas nós sabemos que não é só isso. Imagine o estrangeiro ao chegar aqui, provavelmente vem com essa ideia, de “isso é floresta”.

“Observamos o quanto mudou o perfil do policial militar. Comparado há 20 anos, é um perfil totalmente diferente. Eu tenho ex-alunos militares, soldados, por exemplo, com doutorado. Logicamente, isso é pontual, mas hoje você tem um perfil que mudou e esse policial militar também pensa na formação, em aprender algo a mais no sentido de se sentir mais valorizado, quando a polícia investe em formação para além da formação cotidiana. Portanto, esse é um curso que, com certeza, vai ajudar muito as metas que nós temos de desenvolver a cidade e o estado. As pessoas pedirão informações ao policial, porque se sentem mais seguras.”



Como é que o senhor analisa a importância que a Corporação tem dado à formação e à capacitação do seu efetivo?

As qualificações são de extrema importância, porque o que estamos vivendo dentro da sociedade é um processo de natureza seletiva. A polícia vai criando instrumentos para valorizar e ao mesmo tempo capacitar.

Quando o Coronel Ariel diz para mim assim: “É importante que a gente entenda que podemos pontuar [para a promoção] mais com o mestrado. Isso é a polícia que está dizendo. Eu quero que o policial tenha um nível superior, seja mestre, seja doutor e estamos vendo isso, por meio de vários cursos tecnológicos, superiores e de pós-graduação. Então, o olhar de quem está no comando é algo extremamente importante porque primeiro você valoriza o que é mais importante nas instituições: os indivíduos. Podemos ter o melhor armamento, as melhores máquinas, mas se não tivermos um servidor público estimulado, capacitado, não temos uma boa valorização profissional.”

Lembro que nos primeiros anos que estávamos ministrando curso na Polícia alguém dizia assim: “Só vamos conseguir reduzir a violência se criarmos um novo batalhão, uma nova companhia, comprar mais armas”. Essa era a solução que existia. Aliás, é uma solução? É possível. Mas como se chegou a essa conclusão? Mais batalhões e companhias, de fato, reduz a criminalidade? Simplesmente afirmavam, mas não tinham convicção. Hoje tenho convicção que ao abrir uma nova unidade fazemos isso baseado em dados, em algum tipo de estudo que fundamente o comandante para chegar diante do governador do estado e dizer assim: “Nós precisamos de tal coisa”. Isso só vale se conseguirmos melhorar os condicionantes. Nós precisamos também capacitá-los.

A polícia vem se aperfeiçoando no decorrer do tempo. Isso está trazendo mais qualidade no serviço e até a tropa começa a cobrar qualificação. Perguntam: “Quando vai ter um novo curso de inglês, para podermos fazer?” “Quando teremos novos cursos de capacitação?” “Quando vamos ao stand de tiro treinar?”. Já começa a ter uma cobrança que no passado não tinha e outras demandas de qualificação acadêmica passam existir: que seja de formação de mídia social, de imagem, de diversas áreas. Acho que o legado que podemos deixar para a nossa tropa é também uma boa formação. Até porque, quando eles estiverem na reserva, possam utilizar essa formação, caso se interessem em dar continuidade em outras áreas do conhecimento, adquirindo outras fontes de renda no futuro.

De que forma as universidades têm aproveitado a entrada dos militares nos cursos de graduação e pós-graduação para compreender melhor a segurança pública, produzir conhecimento e se apropriar disso no sentido de ajudar a reduzir os índices de criminalidade e como isso tem contribuído para essas instituições de ensino superior?

Eu não consigo enxergar essa relação de formação e ajuda sem que haja reflexo na sociedade. Com certeza, os dados que nós estamos vendo são reflexos disso. Temos uma sociedade mais segura hoje do que foi no passado. É interessante o quanto conseguimos perceber, em termos numéricos, a mudança. Em poucos anos tivemos uma queda de alguns indicadores de violência, que se não estivermos olhando com cuidado, os números assustam. Você pode até perguntar: “Mas como caiu tão rápido?”. Ora, existem várias explicações para isso. A universidade recebe a experiência desses militares em forma de conhecimento. É uma via de mão dupla. O que vocês têm que nós não temos é o cotidiano. O dia a dia, esse conhecimento que, às vezes, era muito empírico no passado, hoje é bem menos e soma com o nosso conhecimento que está no campo teórico.

Quando eu preciso entender algumas coisas, mas os dados não estão me ajudando, ligo para algum comandante de determinado lugar, falo das informações que tenho e peço apoio. Em seguida, o comandante esclarece a situação, conclui que esse convívio com a tropa pode destravar alguns problemas. Porque esse conhecimento é, de fato, mútuo. Todos nós ganhamos com isso: eu, enquanto cientista que passo a melhor compreender, porque recebo de vocês essas informações cotidianas e vocês também melhoram porque começam a analisar cada vez mais cientificamente. Mas diria que quem mais ganha com isso é a sociedade.

“Essa sensação que hoje nós temos de segurança só é possível porque houve uma mutualidade de informações e a universidade ganha muito com isso. Ganha porque melhor entende a realidade. Esse é o nosso papel como cientistas, de entender melhor a realidade em que vivemos. E não adianta pensar que ficar preso numa sala ou em laboratório vai ser suficiente para entender verdadeiramente a sociedade. Neste caso, é possível ter apenas uma interpretação dela e talvez não seja a mais correta.”



Quando esses policiais vêm para a universidade, eles chegam com um mundo de informações que nós não temos. Acredito que o policial que se propõe a ingressar na universidade por conta própria para estudar mesmo tendo formação, procura crescer mais em conhecimento. Isso é bom. Outro dia estive conversando com um amigo que se tornou policial militar. Fiquei muito feliz, pois ele disse que estava adorando estudar sociologia. Veja que é um militar com outra perspectiva, a sociedade e a universidade só têm a ganhar com essa relação da Instituição com a comunidade acadêmica.

Quando entrei na Academia de Polícia em 2002, tínhamos como referência teórica de segurança pública os livros vindos de fora. Hoje, quando acessamos o portal da UEPA e da UFPA encontramos trabalhos produzidos a partir da realidade do estado. Desde 2021, a UEPA oferece vagas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Recursos

Naturais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGTEC), em nível de Mestrado para os concluintes do CSPBM. Temos também o mestrado em segurança pública na UFPA. O senhor acha possível criarmos um programa em que possamos incluir outras ferramentas que sejam adequadas e que haja a junção com esses outros dois programas para que possamos avançar um pouco mais nessa compreensão?

Sim, é uma tendência que vai acontecer. Isso é fato. A pergunta é: Quando vai acontecer? Diferente da nossa carreira de civil, a carreira de vocês militares tem vantagens sobre a nossa. Diz respeito ao tempo de serviço de vocês, pois se aposentam bem mais novos que nós. O nosso auge da produção intelectual acontece entre os quarenta e cinquenta anos de idade. Essa é a fase da vida na qual apresentamos uma melhor formatação com base em construção teórica, pois já acumulamos muito conhecimento.

Quando olho para o caso do policial militar nessa fase, se aproximando dos cinquenta anos, ele está quase seguindo para a reserva e eu estou perdendo uma oportunidade de produzir mais pesquisas, porque já está encerrando o tempo de serviço dele. É mais um policial que acumulou conhecimento, mas ainda não está no auge de sua capacidade intelectual e que está indo para casa fazer outra coisa. Inclusive, há alguns mais novos nos programas [de pós-graduação] com seus trinta anos e, claro, os de cinquenta e sessenta anos que estão ativos academicamente.

Se nós quisermos fazer isso, temos que ver como manter o policial que tem toda essa experiência de 30 anos de polícia e fazer que esteja compondo o programa de pós-graduação. Trazê-los de volta da reserva remunerada? Temos alguns exemplos de militares que estão contribuindo mesmo na reserva, ao serem incluídos no trabalho de produção científica. Isso é algo que os senhores devem começar a pensar. Daqui a pouco, mais policiais com muita experiência acumulada estarão na reserva, mas pode ser que cada um queira seguir sua vida e decidir descansar. Porém, temos os que ainda querem contribuir, mas não podem por não estarem na ativa.

Penso que um dos caminhos seja que possamos levá-los para a academia de formação, porque lá irão surgir os programas de pós-graduação da própria Corporação, caso seja a intenção. As instituições de ensino estão se sentindo atraídas por essa temática. Cada vez mais está surgindo novos programas, novas linhas de pesquisa, visto que no passado existia uma espécie de dicotomia, uma ruptura entre as instituições. Isso deixou de existir há muito tempo dentro da realidade do nosso estado.

Diante de tudo que falou, o senhor acredita que a Polícia Militar do Pará assumiu um protagonismo da segurança pública estadual e nacional, especialmente nas áreas da educação e produção do conhecimento científico?

Eu não tenho dúvidas disso. Conheço algumas polícias. Inclusive, ministrei curso em algumas delas, tanto na Região Norte quanto na Região Nordeste. Estive também na Polícia do Rio de Janeiro ministrando curso. Portanto, vejo a Polícia Militar do Pará na vanguarda nesse sentido. Ela já compreende a importância da produção de conhecimento científico e está entre as corporações que mais se destacam nessa área. Não saberia quantificar sua posição exata, mas tenho convicção de que a PMPA está entre as que mais tem preocupação com o conhecimento científico.

co. Isso é algo que tenho observado constantemente, especialmente ao comparar com outras instituições. Além de estarmos presentes nas instituições de ensino e ministrando cursos para os policiais, também estamos dialogando com colegas professores de outros estados, por isso consigo fazer o comparativo. De modo geral, ao conversar com policiais de diferentes partes do Brasil, fica claro o quanto a PMPA avançou nos últimos anos, especialmente no que se refere ao seu processo de se tornar uma polícia que se vale da produção científica e da qualificação da tropa da Corporação.

“Tenho amigos de programas de outros estados que compartilham informações sobre trabalhos com a segurança pública. Vejo que aqui caminhamos juntos. Temos um diálogo que ajuda os pesquisadores da universidade a acessar dados específicos que estão no domínio público, algo fantástico, pois aqui não se omite dados. Eles estão disponíveis, mas obedecemos a lei da transparência, assim como temos os anuários da Polícia para extrair informações. Também conseguimos dados por meio de solicitação à Instituição. Esse diálogo traz benefícios à sociedade.”

Considerando que pretendemos finalizar nossa lei de ensino que vai disciplinar a implantação do curso de mestrado da Corporação, podemos contar com a Universidade Estadual para evoluir nesse processo?

Com certeza. É uma grande satisfação ajudarmos. Inclusive, estamos com um grupo de pesquisadores trabalhando em uma nova proposta de mestrado em cima de ferramentas tecnológicas para a compreensão de problemas do estado, sendo que entre esses problemas está a questão da segurança pública. Estamos trabalhando para finalizar a proposta e encaminhar para o MEC para a aprovação autorizada pela entidade federal. Temos que compreender que as parcerias são extremamente importantes, até porque somos servidores públicos. Acima de tudo, servimos à população.

Quando compreendemos que somos servidores e devemos servir à população e que o servir se dá com a qualidade do nosso serviço, não importa se na saúde, educação ou segurança pública, com certeza a visão de melhorar o atendimento à população é inevitável. Diante disso, aprendi nas teorias do geógrafo europeu Claude Raffestin, que temos duas formas de resolver problemas. Seguindo a dinâmica da resolução de questões, ela se dá por dois vetores: a energia e a informação. É a combinação desses vetores que resulta no domínio do conhecimento.

Assim, podemos estabelecer o que pretendemos, podendo optar por uma ação com o uso do vetor da energia, no sentido de melhorar o atendimento policial. Podemos combater a violência produzindo mais violência, tentar acabar com a criminalidade eliminando os criminosos, mas isso não deu certo em nenhum lugar. O problema só aumentou. Cito também trabalhos de policiais que mostraram o quanto foi ruim o encarceramento em massa porque isso ajudou a fortalecer as facções nos presídios. Também podemos utilizar o vetor da informação. Cito o exemplo da implantação do Projeto Territórios pela Paz (TERPAZ), formado em meio a muito mais informação do que energia e veja os resultados alcançados. Então, em determinados momentos vamos utilizar mais um vetor que o outro.

"O mais aceitável seria gerarmos uma governabilidade a partir de mais informação e menos energia. Mas isso é uma situação ideal, hipotética, pois não conseguiremos ter só informação sem energia ou vice-versa. Bom seria uma combinação entre elas. Penso que nesse momento estamos inserindo mais informações e um pouco menos de energia em nossas ações. Quem sabe um dia, utilizaremos mais informações do que energia, até pensar em uma sociedade hipotética, em que não precisaremos prender ninguém ou ir para o enfrentamento com ninguém. A tendência é o que estamos fazendo aqui no Pará. Estamos trabalhando para que a informação seja o ponto central desse debate."